

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E ESTRUTURAS DE DOMINAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO

Remy Riand

1 — CEM ANOS DE POLÍTICA INTERVENCIONISTA

As grandes secas que periodicamente abrasam o sertão nordestino deslocando montes de flagelados famintos constituem, sem dúvida, os auges das crises ao redor das quais se articulam, desde um século, as políticas intervencionistas do setor público. Programas de Emergência e estudos de medidas estruturais propõem-se enfrentar a situação a curto e longo pazos; porém, com as primeiras chuvas, os flagelados voltam ao sertão e ao esquecimento; a realização dos projetos atrasa, os processos suavizam-se até à próxima seca que deixará reses e gente, políticos e planejadores na mesma impotência.

Deveria haver possibilidade, depois de refletir sobre a natureza das concepções e intervenções, de encontrar-se as causas dos resultados decepcionantes, de quebrar a fatalidade deste ciclo apontado por uma ideologia mais do que centenária como grande responsável pelas misérias do Nordeste. Antes de tentar essa análise, será útil delimitar as grandes linhas dessa política intervencionista.

Tentaremos caracterizar os programas através de algumas etapas principais, partindo-se da seca de 1877-79 até aos dias de hoje (Seca de 1979-81).

De 1877-79 a 1945, a ênfase será sobre as obras de engenharia. Trata-se, no início, de dar à questão da falta de água uma resposta estritamente equivalente: perenizar a água, ou seja, estocá-la dos rios e das chuvas. Isso vai se concretizar na construção de açudes e poços sob a direção de orga-

nismos e comissões oficiais que se sucedem, a partir de 1904, com as comissões de Açude e Irrigação, de Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas, de Perfuração de Poços. Instituiu-se em 1909 a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) dez anos depois transformada em IFOCS (Estatuto Federal), e, em 1945, em DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Durante esse período relativamente demorado, não se mudará de esfera de intervenção. As principais modificações depois da seca de 1931-32 se relacionam ao problema do aproveitamento da água retida. Muita água estocada e relativamente pouco aproveitada; necessidade de furar poços e de desenvolver a infra-estrutura rodoviária. Como seqüência à seca relativamente moderada de 1941-42, o DNOCS coloca a ênfase na irrigação para melhor utilização da água. Decisão implicando uma política de desapropriação, política moderada de certo, mas de relevo, não negligenciável numa região onde as estruturas fundiárias são consolidadas.

A partir de 1945, aparecem esforços para eliminar o espectro da seca concebida como única causa da pobreza e dos dramas renascendo periodicamente, o que se concretiza com dois tipos de medidas:

1. Do ponto de vista espacial, o deslocamento do eixo de preocupação, do Sertão Norte — mais vulnerável ao fenômeno das secas — para o Sertão Sul em que sobressai o aproveitamento do Vale do São Francisco;
2. Como efeito da seca de 1951-53, criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para aproximação dos financiamentos.

A seca de 1958 será a ocasião de iniciar formas novas de intervenção que vão se caracterizar por uma *fase de planificação econômica*. Com efeito, a seca de 1958 mostra que tudo que foi tentado até então não conseguiu conter os impactos negativos das secas. Um relatório do GTDN (Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento do Nordeste) demonstra que as causas do subdesenvolvimento da região são mais complexas e devem, em conseqüência, receber um tratamento mais variado.

O mesmo relatório usando dados da FGV mostra que, apesar dos recursos absorvidos nas sucessivas tentativas in-

tervencionistas, a relação desfavorável da renda *per capita* entre o Nordeste e o Centro-Sul acentua-se desde 1930. (1)

— em 1930, a relação é: 1/2

— em 1957, de 3/7.

Em 1959, criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) para unificar e reestruturar a ação do governo no Nordeste. Ela se encarrega, em particular, de coordenar a aplicação dos incentivos fiscais por conta do Governo Federal. Depois de investigar as causas, a SUDENE pretende desenvolver uma política mais positiva e mais agressiva para combatê-las. Em resumo:

— estudos especiais integrados de recursos naturais e de potencialidades agro-econômicas com vistas à valorização de vastas áreas, a exemplo do Vale do Jaguaribe e do Sub-Médio São Francisco;

— inventários sistemáticos de recursos naturais — notadamente pluviometria e hidrogeologia — e produções cartográficas respectivas;

— estudos integrados para a cultura e tratamento de produtos básicos (cana-de-açúcar, algodão, oleaginosas);

— abastecimento das grandes cidades com produtos agrícolas e implantação de serviços de informação de mercados;

Nos anos 60, a economia do Nordeste vai conhecer alguns sucessos. Efeitos diretos das medidas adotadas?

Ingresso na órbita do “Milagre Econômico” a partir de 68?

A seca de 1970, acompanhada mais uma vez das mesmas seqüências desastrosas, não leva ao otimismo. Constatção que, por enquanto, não recoloca em causa a validade das soluções preconizadas mas a dificuldade prática de aplicá-las na medida em que elas interferem nas esferas político-institucionais. Daí a necessidade de completar com novas decisões e de ampliar o quadro da integração com dois novos programas: — PIN (Programa de Integração Nacional) e

— PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terra), através dos quais a SUDENE é encarregada de aplicar os incentivos fiscais 34/18 (Leis 3995, de 14/12/61, e 4239, de 27/06/63), estendidos para a agricultura a partir de 1965. Mas, de fato, muito pouco foi canalizado para a agricultura. De qualquer forma, o PROTERRA tem, teoricamente, uma importância fundamental cujos principais objetivos são notadamente a reforma agrária, com desapropriação de terras no Nordes-

te, associada a programas de ocupação da Amazônia. Teriam os planejadores, depois de um século de reflexão, conseguido pensar a economia da região como um fenômeno social total incluindo, em particular, o reexame ao nível das relações de produção? Nas regiões de estruturas fundiárias antigas e consolidadas, o impacto até hoje é praticamente nulo. As desapropriações que acompanham os projetos de irrigação não mudam em nada o conjunto da organização social vigente.

Segundo Anthony Hall (2) em 3 projetos estudados em 1975, "o número de pessoas desarraigadas pelos projetos de irrigação era seis vezes maior do que o número dos que neles foram absorvidos". Demais, a maioria dessas pessoas eram minifundiários. Nas áreas de expansão de fronteiras agrícolas (Maranhão, Pará), de estruturas fundiárias não estabilizadas, conflitos até violentos opõem "posseiros" e "grileiros". As terras devolutas do Estado são distribuídas em grandes superfícies (exemplo da COMARCA, do Maranhão, com unidades de 15.000 ha) para sociedades e grandes proprietários para utilização agropecuária usando pouca mão-de-obra (neste caso o problema do número deixa de ser resolvido), ou atribuídas a projetos destinados ao assentamento de famílias de agricultores pobres: Caso do Projeto COLONE (*) no Alto-Turi, Ma. Sendo o tamanho médio dos lotes de 50 ha, se atinge uma densidade de ocupação muito mais significativa em relação às áreas cultivadas. Este último projeto parece-nos interessante a vários títulos, porém, antes de penetrar mais adiante no conhecimento deste caso particular, queremos formular algumas críticas a respeito do conjunto da política de desenvolvimento agrário do Nordeste através de suas sucessivas formas.

A fase das obras de engenharia estende-se por várias décadas. Em 1906, o Presidente Afonso Pena inaugura o Açude Cedro (Quixadá, Ce.) com seus 50 km de canais. "É lindo mas inútil", teria dito o Presidente na ocasião. Com efeito, não basta opor a um fenômeno físico, a seca, de impacto econômico e social heterogêneo, uma quantidade de água estocada cuja importância só se avalia em número de metros cúbicos. Os especialistas responsáveis por estas obras não podiam ignorar a necessidade de manutenção da barragem, uma vez que o trabalho de irrigação exige paciência e vigilância. Mas o que im-

(*) — Companhia de Colonização do Nordeste.

pressiona — para obter as verbas federais em particular — é o número de metros cúbicos. . . Hoje em dia, nada mudou em profundidade neste ponto, e as construções de açudes continuam sendo subprodutos de construtoras de grupos industriais às vezes ligados aos homens políticos e altos funcionários que detêm o poder de decisão. Aparece já a prevalência dos interesses privados sobre o interesse público em numerosos casos. Isto porque a questão fundamental de definir, com muita precisão, *para quem* se destina o desenvolvimento não foi colocada. Em 1940, existiam 500 ha só de pastagens naturais regadas e beneficiando alguns grandes proprietários. Os efeitos sobre a população mais atingida pela seca ficaram praticamente nulos.

Em 1981 a problemática não se modificou substancialmente. Basta ler a imprensa regional relatando o drama dos flagelados e ampliando a voz dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais para duvidar da eficácia das medidas adotadas. O jornal *O Povo* de Fortaleza relata, na sua edição de 14 de março de 1981, no ponto mais alto da crise:

“O Sindicato dos Trabalhadores Rurais recebeu também denúncias de colonos que são privados por grandes proprietários de utilizarem área irrigada do Açude Pereira de Miranda, em Pentecoste. Os antigos proprietários estão monopolizando e os pobres não têm acesso ao açude. Na mesma relação, o tesoureiro do Sindicato afirma: “Se o Governo repartisse essas terras que estão nas mãos de poucos, essa situação em muito diminuiria”. Ele afirma que “agora é um agravamento de uma situação permanente que existe há vários anos e que é mal vista pelas autoridades”.

Com efeito, as “autoridades” e os pobres lavradores não pertencem às mesmas esferas de interesse, sendo atingidos desigualmente pelos fenômenos climáticos por estarem situados em espaços econômicos e sociais diferentes. Isto significa que o agricultor pobre não dispõe de espaço próprio para organizar-se.

Afastado, privado da base estrutural da sua independência, o agricultor pobre fica sem autonomia a respeito dos recursos conjunturais alocados pelo Governo Federal através dos Programas de Emergência. Essa ajuda é mediatizada pela oligarquia fundiária desde os simples cabos eleitorais até os

grandes feudatários. O agricultor sem terra própria é dominado econômica, política e socialmente. (*)

As raízes do subdesenvolvimento se expressam através de conceitos, como também através de nomes, nomes conhecidos na chamada Sociedade e na Política: a dominação das "grandes famílias", expressão mais permanente das formas de dominação sucessivamente geradas pela colonização, o capitalismo comercial, e, último avatar, o capitalismo internacional e o capitalismo nacional dependente. Isso explica que o subdesenvolvimento não ousa dizer o seu nome, senão em parte, se disfarçando debaixo de uma ideologia sempre viva e que encontra sua mais forte expressão nos momentos mais cruciais. O mito das secas, fenômeno eminentemente natural, até sobrenatural para uso das populações do interior (castigo dos céus), rejeita na ocultação suas causas sociológicas profundas. A opinião pública não recebe impacto de estudos, alguns deles notáveis, apontando causas estruturais mais complexas (3). Tudo acontece como se houvesse um corte entre certa reflexão e as práticas.

Retomemos o artigo do *O Povo* de 14 de março. Um ex-governador do Ceará, cuja influência política e econômica domina todo o sul do Estado (região do Cariri), faz o seu diagnóstico e propõe remédios mais do que centenários: "O deputado federal Adauto Bezerra, ex-governador do Ceará, afirmou textualmente que tem a solução para o problema da seca no Nordeste, e, particularmente, em nosso Estado: barrar todos os rios. Para Adauto, é luxo o Ceará ter as águas dos seus principais rios despejadas em pleno mar, enquanto o sertão arde em brasa". (4)

Porém, qual é a opinião dessa população ausente dos programas de irrigação, recebendo as migalhas dos recursos alocados pelo Governo Federal através dos Programas de Emergência?

Assim se expressam os sindicatos representantes da classe: "Há dois anos que o Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais vem fazendo recomendações e propondo mu-

(*) — Enquanto falta a comida nos centros de agrupamentos onde se comprimem populações castigadas pelas secas, os prédios crescem nas cidades. O mercado de apartamentos da Beira-Mar, perfeitamente improdutivo, consegue se dar liquidez necessária para suas transações.

danças na programação estadual para o campo, só tendo recebido o silêncio como resposta". (5)

O comportamento das autoridades pode emprestar formas mais desrespeitosas: "... Ainda no ano passado, o atual Secretário da Agricultura do Ceará rasgou um documento dos sindicatos de trabalhadores rurais do Cariri que fazia críticas ao Programa de Emergência". (6)

Num estudo mimeografado, (7) três autores da Universidade Federal de Pernambuco, a respeito de uma crítica a um autor inglês (8), afirmam: o autor é ingênuo em acreditar que as políticas de desenvolvimento são feitas para o povo.

Apesar de tudo, são numerosos os administradores e técnicos engajados em programas de desenvolvimento, cuja sinceridade e competência não levam à dúvida. Muitos deles parecem até convencidos de que as mais pertinentes soluções — se retivermos como critério o bem do povo — devem ser procuradas com a participação dos que vivem os problemas de cada dia.

Porém, opõem-se os interesses entre agricultores pobres e grandes proprietários, estes explorando a força de trabalho daqueles através de processos de produção atrasados. O dinamismo do capitalismo do Centro-Sul, a lógica interna do capital para a acumulação... deveriam, entretanto, conduzir ao desaparecimento progressivo de uma oligarquia fundiária ausente e improdutiva, quase nula como empresária. Paradoxalmente, em consequência de um jogo político-econômico propriamente específico, a "indústria das secas" concorre para a manutenção artificial da dominação desta classe. (9)

O Planejamento, no entanto, não corrige substancialmente a dinâmica desse processo pois as disposições mais pertinentes dos planos diretores da SUDENE, do PROTERRA, etc., acabam sendo quase neutralizadas ao nível das aplicações. Com efeito, a defasagem é imprevisível entre a filosofia de um projeto ao nível da concepção pelos órgãos planejadores, e a maneira concreta da sua realização pelas modificações possíveis das variáveis, aparição eventual de novos parâmetros... Todavia, as análises sociológicas empreendidas pelos programas de desenvolvimento em suas áreas de atuação não parecem ter, salvo exceção, o mesmo relevo que os numerosos estudos técnicos (às vezes de um grau de sofisticação inútil), sobretudo por falta de independência daqueles quanto aos alvos fixados *a priori* pela instituição. Nesse contexto, a sociologia abdica de seu papel de crítica radical para colocar-se a ser-

vição de uma ideologia particular; ela se nega a si mesma como ciência cujo objetivo é o fato social total.

As estatísticas da SUDENE permitem uma avaliação geral dos resultados da política de desenvolvimento para o Nordeste: (10)

- alta dose de capital investido;
- em poucas explorações agropecuárias;
- beneficiando um número relativamente pequeno de pessoas;
- com um investimento por emprego agrícola bastante elevado.

Constitui este balanço o reconhecimento de um fracasso ao menos relativo, apesar de pesquisas técnicas diversificadas, sem contar com tesouros de energia e dedicação, aspecto que seria injusto esquecer, da parte dos funcionários envolvidos nos diversos escalões das ações desenvolvimentistas. Ora, o fracasso é o fracasso de um sistema que cabe à análise sociológica desmontar e esclarecer. De fato, a preocupação de integração de micro-sociedades (aquelas dos perímetros assistidos) à economia regional e nacional, e mesmo internacional (“o que importa é exportar”), não afeta senão indiretamente os grandes conjuntos regionais.

A concepção da economia utilizada nas análises não vai além de uma visão restrita que aceita como axiomas as estruturas existentes. Ora, falta uma reflexão sobre a natureza da economia, fenômeno social total. Força é reconhecer a superioridade do materialismo histórico que através da análise da mercadoria... desvela a maneira pela qual a sociedade se organiza para desenvolver seus conflitos com a natureza ambiente, voltando às bases da organização social. A partir dessa nova visão, leva-se rapidamente em conta que os alicerces do edifício social e dos principais modos de produção caracterizados por formas de dominação herdadas da história permanecem praticamente inalterados no espaço regional considerado como um todo. Essas formas de dominação são simplesmente transpostas, nas áreas dos projetos, do antigo proprietário ou patrão para as autoridades responsáveis pela execução desses mesmos projetos. Encontram-se colonos preferindo o antigo patrão ao paternalismo autoritário e intransigente dos órgãos de tutela.

A falha da tecnoburocracia está em acreditar no valor dos modelos em si, como combinação equilibrada de variáveis e parâmetros, acabando finalmente por esquecer o sujeito e o objeto último da economia: o homem. Trata-se de saber se um processo de desenvolvimento deve libertar as populações ou operar uma simples transferência de dependência.

A política de desenvolvimento agrário estendeu-se no decorrer das últimas décadas para o Norte (Maranhão, Pará, Amazônia, Acre, Rondônia. . .). O alvo: deslocar uma parte das populações rurais sem terras (particularmente do "Polígono das Secas") para vastas áreas teoricamente desocupadas e organizar o assentamento das famílias para evitar uma ocupação devastadora e anárquica.

Nossa própria experiência, a partir de projetos situados em regiões semi-áridas e subtropicais, nos permite uma visão comparativa rica de ensinamentos. No entanto, e apesar da importância das especificidades devidas a particularidades climáticas e jurídicas (estruturas fundiárias, geralmente consolidadas dentro do "Polígono das Secas", ainda instáveis nas zonas de expansão de fronteira agrícola do norte), os programas (excluindo os de tipo "capitalista") têm uma característica comum fundamental: o "desenvolvimento", a partir de unidades constituídas por famílias de agricultores pobres, dentro de relações de dominação-subordinação que podem se expressar através de uma tripla alienação:

- econômica em relação à terra, principal meio de produção;
- político-jurídica;
- social (multiforme, aos níveis cultural, da comunicação, da participação nos símbolos, etc. . .).

O andamento de um projeto depende muito da filosofia que o inspira. Num perímetro como MORADA-NOVA (CE), programa de irrigação do qual o DNOCS é o mestre-de-obras, as decisões são impostas de cima. A instituição organiza a produção e a comercialização, reduzindo o produtor ao papel de simples executante. Muito mais interessante nos parece, além das aparências e da falta do lado espetacular, a experiência vivida atualmente por milhares de famílias de "colonos" no Alto-Turi (MA), Projeto COLONE (Companhia de Colonização do Nordeste). Queremos na segunda parte deste trabalho destacar as grandes linhas desse processo de desenvolvimento que podemos encarar como libertação dessas formas de dominação, e cujo relevo aparece desde logo como primordial.

2 — A EXPERIÊNCIA DA COLONE

Dos 31.000 km² do projeto inicial de colonização do Alto Turi, concebido pela SUDENE na década de 60, foram incorporados ao capital da COLONE (Companhia de Colonização do Nordeste) somente 939.000 ha, superfície julgada mais operacional depois da reformulação do projeto (out. 1972). Este novo projeto “localiza-se no Noroeste do Maranhão, na chamada “Grande Região Ecológica Pré-Amazônica”, fazendo parte das áreas de atuação tanto da SUDENE como da SUDAM. Estende-se por parte de 9 Municípios Maranhenses (Cândido Mendes, Carutapera, Godofredo Viana, Luiz Dominguez do Maranhão, Monção, Penalva, Pinheiro, Santa Helena e Tiriçu) que, por sua vez, pertencem a 3 das Microrregiões Homogêneas da Divisão Regional do Brasil (MRH nº 29 — Gurupi; MRH nº 30 — Baixada Ocidental Maranhense, e MRH nº 34 — Pindaré). Aspecto relevante dessa localização é ser a área da COLONE cortada longitudinalmente, em toda a sua extensão, pela rodovia federal BR-116 — que em 1974 foi entregue ao tráfego inteiramente asfaltada”. (11)

Antes de prosseguir mais adiante em nossa demonstração, é preciso esclarecer algumas características determinando a especificidade do Projeto.

2.1 — *As unidades consideradas:*

A unidade é a família de agricultores pobres, isto é, sem terra própria. Esta é a célula de base da produção como também a unidade de consumo. A força de trabalho familiar usa quase exclusivamente a energia humana, os instrumentos simples sendo considerados como prolongamento do braço. Os processos de trabalho individual ou de cooperação simples, incluídos os períodos do ciclo agrícola, exigem uma concentração da quantidade de trabalho, na época de colheita, principalmente. Nessa altura se pratica a chamada “troca de dia” (evitando pagamento em dinheiro) como também empreendimento de trabalho assalariado.

A unidade de área correspondente, meio essencial da produção, é o lote de 50 ha, superfície adotada como adaptada à força de trabalho familiar como aos objetivos fixados pelo projeto. A fixação no lote, como a organização e a assistência tiveram, dentro de outras metas, de pôr fim à ocupação

anárquica e devastadora dos solos pelos posseiros, utilizando para isso as terras devolutas do Estado.

Na fase inicial, a cultura básica é o arroz, tanto para o consumo da família como para a comercialização. Adapta-se ao desbravamento e ocupação do solo. Cada família recebe um financiamento de custeio. É complementada pelo pomar, uma pequena produção de horticultura e outros cultivos (mandioca, feijão...). Na fase de adoção do projeto econômico estabelecido pela Companhia, o colono recebe um financiamento de investimento para aquisição progressiva de gado e cultura de capim, e para promover uma cultura permanente, a pimenta-do-reino.

É importante ressaltar novamente que, até hoje, os processos de trabalho, incluída a sofisticada cultura da pimenta-do-reino, usam instrumentos simples (enxada, foice, machado, cutelo...). Logo, nenhum investimento pesado em relação à tecnologia usada.

2.2 — Características populacionais

Para efeitos internos, o Projeto se subdivide em 3 sub-áreas. Estava previsto para as subáreas I e II o assentamento, na fase final de 5.200 famílias distribuídas por aldeias ou núcleos, formando na proximidade dos lotes uma série de "comunidades", na terminologia da Companhia. A subárea III, de 450.000 ha, deveria tornar-se uma área de extensão, subdenominação de Fazenda de Finalização. De fato, as invasões espontâneas de "moradores" à margem da BR-316 modificaram a política da COLONE cuja filosofia era contrária a expulsões de agricultores pobres. De fato, a organização das famílias em comunidades constitui oportunamente um freio contra a "grilagem" das terras como também representa um relevo social pela ampliação assim dada à magnitude do projeto, em vários sentidos do termo, como vamos ver mais adiante. Assim, depois da ocupação completa, o número de famílias assentadas na área global do Projeto chegará, aproximativamente, à 15.000.

Apesar de não dispor de censo exaustivo sobre as origens e procedência dessas populações podemos afirmar, a partir de estudos parciais (12), que, na primeira fase de ocupação, elas vinham, na maioria, das zonas áridas de vários Estados do Nordeste, como também do próprio Estado do Maranhão. Hoje

em dia, o movimento migratório é quase exclusivamente formado de correntes interiores ao próprio Estado.

Essa apresentação das grandes linhas do Projeto, por mais sumária que seja, nos pareceu indispensável para enquadrar dentro de estruturas concretas esse ensaio de teorização de um processo de desenvolvimento encarado como libertação de formas estruturais de dominação.

Nosso objetivo é de mostrar, através do exemplo do Projeto de Colonização do Alto-Turi, o que pode e deve ser o desenvolvimento quando se articula com as estruturas econômicas consideradas como base da organização social, concepção que ultrapassa de muito as reflexões sobre integração na economia de mercado. O desenvolvimento passa pela emancipação das antigas formas de dominação ligadas historicamente (no caso brasileiro) à posse da terra pela classe dominante. A posse de amplas superfícies de terras confere ao proprietário poder econômico e prestígio social. Ao invés, a posição do "morador" é uma posição de inferioridade, não somente econômica, como também política e social. Trabalhando a terra do senhor, o morador dificilmente consegue sobreviver e se renovar como força de trabalho alienada; sem terra própria, socialmente, ele não é nada. Simplesmente, não existe também como cidadão, descartado dos votos, se analfabeto, ou submetido às simpatias políticas do proprietário, no caso contrário. Ele se sente isolado, prisioneiro sobre uma terra que não lhe pertence. Fora da cultura dominante e das obras de civilização, é considerado como ignorante, sem educação, sem higiene. De uma maneira geral são todos os símbolos de pertinência à sociedade dominante que lhe são recusados por falta de dinheiro. O pobre agricultor pertence a um "mundo" outro. De um lado, os proprietários e os doutores; do outro, os sem-terra, os ignorantes. Logo, uma ideologia de desenvolvimento exigindo assistência total e uma disciplina firme. As esperanças remotas, integrar-se no "outro mundo", muitas vezes indiretamente, através de um filho ou uma filha pequeno funcionário com salário-mínimo na cidade, um sonho de promoção social implicando a negação de sua própria identidade.

Essa posição de inferioridade é profundamente inscrita nas próprias atitudes corporais, as chamadas "técnicas do corpo", não somente através das roupas rasgadas como também no comportamento humilde, curvado, calado... face à segurança do patrão. A ideologia apresenta o pobre homem do cam-

po como um ser frustrado, comendo pouco, resistente ao ardor do sol sem se queixar, agüentando longas distâncias a pé. Em resumo, um ser com necessidades reduzidas ao mínimo, capaz de suportar um tipo de vida que o "outro mundo" não gostaria nem de imaginar para si mesmo.

Talvez tenha sido esta a condição da esmagadora maioria das famílias que chegaram à área do projeto com a esperança de tocar a "Terra Prometida" no decorrer dos vinte anos de existência do Projeto. Dividimos este período em 4 fases mais por razões metodológicas do que estruturais. De fato, essas fases cobrem duas formas principais de colonização; uma com predominância das formas de dominação e outra com desaparecimento das formas de dominação.

No caso da COLONE, não se pode dizer que o processo esteja completamente acabado. Uma dinâmica social não pára assim num ponto fixo determinado. Por enquanto, a história do Projeto mostra uma evolução no sentido designado. Atualmente pode-se estimar que a dinâmica da libertação é predominante. Para alguns observadores e diante da aceleração do processo, daqui a um ano, o sentido dessa dinâmica será irreversível. As formas das fases intermediárias, por não serem específicas, dependem das duas formas extremas com características pertencendo a uma e outra. Essas formas de transição são, em consequência, marcadas pelos conflitos e contradições, com períodos de latência, eferescências e lutas entre elementos incompatíveis. . .

A primeira fase vai dos anos 60, data da fundação do Projeto pela SUDENE, até à criação da COLONE, em 1972.

A segunda fase vai de 1972 à setembro de 1976, data de um "balanço" sociológico da nossa parte. Este período pode ser caracterizado como um estado de crise.

A terceira fase estende-se até 1978. Neste período, o processo se acelerará.

A quarta fase é a atual. Pode ser considerada como fase de consolidação das novas formas.

FASE I — Colonização com predominância das formas de dominação

Durante este período, a concepção, a criação e a atuação do Projeto são da responsabilidade da SUDENE.

Dentro do processo de colonização (palavra ainda mal definida), retemos 3 elementos diretamente ligados às formas de

dominação: a relação do colono com a terra; as características da assistência; o sistema de comunicações e relações sociais.

1 — *Relação com a terra*

A terra é propriedade da SUDENE. Em conseqüência, o colono não pode vendê-la nem usá-la indiscriminadamente (restrições, por exemplo, no tocante à comercialização de madeira). Ele não pode também realizar, por esse fato, empréstimos com os bancos em nome próprio.

Por enquanto, o colono dispõe do lote e organiza livremente a produção; também dispõe teoricamente do produto para consumo familiar e comercialização. Porém, se a SUDENE constitui uma segurança contra a "grilagem" e invasões de terras pelos fazendeiros, a cooperativa não desempenha seu papel de intermediário comercial, atuando apenas durante vários anos como simples fornecedor de gêneros alimentícios de primeira necessidade, deixando por isso o colono nas mãos do usineiro de beneficiamento do arroz e do patrão da bodega. A necessidade de alimentar a família durante o ciclo da produção sem possibilidade de estocagem coloca-o sob domínio direto dos industriais e comerciantes, sem margem de barganha. Pior ainda: o colono é diretamente dominado através de seus representantes dentro dessa entidade que deveria ser uma imanência dele. Com efeito, a gerência dispõe de um poder discriminatório, o colono sendo pura e simplesmente afastado não só das decisões como das informações mais elementares.

Acima da cooperativa quem manda é a SUDENE. Tudo é da SUDENE, articula-se em nome da SUDENE. Nesse contexto, o colono vai simplesmente transferir suas estruturas mentais de dominado do antigo proprietário para o *todo poderoso* órgão federal (sigla que impressiona). As condições de vida continuam péssimas e as magras compensações, obtidas com muito trabalho no lote, não trazem mudanças neste sentido.

2 — *Características da Assistência*

No caso da SUDENE, que desde o início resolveu empreender uma obra exemplar e que para isso não poupou os recursos, o volume da assistência é simplesmente impressionante e recobre todos os setores da vida econômico-social, incluindo pesadas obras de infra-estrutura, política que deveria ter só-

mente efeitos positivos, à primeira vista. Porém, sabemos que qualquer tipo de intervenção deve ser concebido e desenvolvido em relação ao contexto social global. O espírito que anima a assistência é decerto à base de boa vontade e dedicação, não deixando, entretanto, de reforçar as velhas formas de dominação. Em uma palavra, a assistência é essencialmente de tipo paternalista e autoritário, usando discursos até infantilizantes, fórmulas prenhes de ideologia destinadas a mascarar o fenômeno, tais como: "A SUDENE é de vocês" . . . "A cooperativa é de vocês" . . . "Quem decide é o Seu X. . ."

Na realidade, a SUDENE "julga tudo do alto de sua sabedoria" (13). A assistência constitui um fluxo de sentido único do mundo dos "doutores" para o mundo dos "ignorantes". Um mundo de doutores que, salvo exceções louváveis, esquece de associar o mundo "ignorante" ao processo que envolve o seu próprio destino, e que, menos ainda, poderia imaginar ter que apreender desse povo sem cultura. Situação de fato aceita, até desejada pelos colonos, sendo harmonizada com as suas estruturas mentais, logo se tornando um obstáculo maior ao processo de libertação das formas de dominação, com efeito direto sobre a natureza do sistema de comunicação e relações sociais no interior do Projeto.

3 — Sistema de Comunicação e de Relações Sociais

O sistema caracteriza-se por um fluxo de cima para baixo, sem verdadeiro *feed-back*. Onde o diálogo não se estabeleceu entre as esferas administrativas, os serviços técnicos e os colonos, apesar de uma ideologia de dedicação como já frisamos. As referências ao Projeto são de natureza diferente, segundo a pertinência a um ou outro "mundo" no sentido referido acima, como também a participação na cultura, na civilização, nos modos de vida. . . Exemplo simples da incompatibilidade das respectivas esferas de referência(s): enquanto o técnico, o administrador. . . se deslocam de carro para caminhar inclusive distâncias pequenas dentro do perímetro da coordenação do Projeto, os agricultores gastam forças e tempo, caminhando léguas a pé, queimados pelo sol. Uns são ligados à roça, percebida até como cativeiro; para os outros, as aspirações são voltar para a cidade (a maioria para São Luis) cada fim de semana para oxigenar-se e viver vida própria.

Conseqüência lógica da artificialidade das relações, o clima de confiança não chega a se estabelecer. Logo, a realiza-

ção das metas previstas para o Projeto é freada, atrasada, quando não abandonada. A SUDENE é reverenciada, temida até, tem prestígio enorme... mas não consegue levar à adesão. Será num ambiente de falência que, sem mais condições de atuar diretamente, ela vai entregar o Projeto em 1972 para a COLONE.

Fase II — Para um Estado de Crise, Predominância das formas de dominação, 1972 a início de 1977.

Em 1970 a SUDENE, convencida de que não teria mais condições de administrar diretamente o Projeto sem prejudicar seu próprio trabalho de planejamento para outros diversos programas no Nordeste, resolveu, depois de conferenciar com uma Consultoria Inglesa contratada para este efeito, juntamente com o Banco Central e o Banco Mundial, reformular o Projeto e confiar a administração a uma Companhia Mista: a COLONE (Companhia de Colonização do Nordeste). O estudo de viabilidade da Consultoria Inglesa limitou a zona do Projeto a 939.000 ha, promovendo um modelo econômico físico que acabou com o seguinte perfil para o lote de 50 ha:

- 34 ha de pastagens como capacidade de 1,2 rezes por ha;
- 0,5 ha de Pimenta-do-Reino;
- 3 ha para culturas de subsistência;
- 2,5 ha para outras atividades de pomar, horta...;
- 10 ha como reserva florestal do próprio lote.

A COLONE começou a atuar em 1973, mas os primeiros recursos para investimentos só chegaram em 1975. De 1973 a 1975 a Empresa vai funcionar com recursos da SUDENE para custeio (arroz). Isso deixou-a praticamente sem condições de fazer qualquer coisa que seja de operacional, mantendo somente um núcleo de técnicos para iniciar os trabalhos não necessitando de investimentos.

A assistência, embora reduzida, não deixa, na época, de ter as mesmas características de paternalismo autoritário, enquanto a opacidade dentro do sistema de comunicação continua prevalecendo.

Em setembro de 1976, na ocasião de uma série de breves permanências na área do Projeto, tivemos a oportunidade de ressaltar esse aspecto sócio-político da organização social vi-

gente e de denunciar a ideologia reinante como obstáculo maior a qualquer processo de desenvolvimento. Fato novo: alguns colonos aproveitaram a circunstância para expressar, timidamente primeiro, depois com caráter radical e violento, as insatisfações fundamentais em relação ao Projeto. Expressão que parece ter pegado de surpresa o próprio sociólogo da COLONE liderando a DDC (*) e outro sociólogo da SUDENE vindo especialmente de Recife para a circunstância. Foi provavelmente um dos primeiros desafios abertos, da parte de colonos face à *toda poderosa* Empresa, facilitado, sem dúvida, pelo fato de o interlocutor não ter ligações com a chamada Empresa. Era um primeiro passo.

Decerto, as reclamações não são isentas de ideologia nem todas objetivas, devido em particular à capacidade das relações. Podemos resumir assim a situação no fim do ano de 1976: as condições de vida continuam duras, até miseráveis para a maioria da população dos núcleos.

Em relação à terra, existe uma situação conflitual objetiva entre o colono, lote transformado pelo trabalho, e a COLONE, proprietária da terra.

A impressão, às vezes expressada pelos colonos, é de ter deixado de trabalhar para o patrão para trabalhar para a Empresa.

“A finalidade que eu tinha vontade de saber era o segredo dessa COLONE porque a SUDENE quando entrou, disse que dava os papéis de terra dentro de 7 anos; estou aqui com 12 anos e até agora nada”.

“Promessas, promessas, promessas! . . .” (14)

A assistência continuada foi exigida e ampliada. Não se tratava para os colonos de investigar as causas reais da escassez dos recursos, do atraso dos financiamentos prejudicando às vezes o ciclo da cultura. . . A comunicação era inexistente aumentando a frustração dos agricultores que se opunham ocasionalmente à ineficácia da COLONE, ao antigo esplendor da SUDENE.

Todavia, o alvo principal da ira popular se dirige à cooperativa. Para o colono, ela se apodera autoritariamente do produto de seu trabalho. O símbolo desta dependência, como desta realidade abominada, se traduz na corrente que barra as veredas para impedir a livre comercialização do arroz, fora da cooperativa.

(*) Divisão de Desenvolvimento Comunitário.

É preciso ressaltar a fraqueza do espírito cooperativista. Por outro lado, tranca-se a administração atrás do segredo para disfarçar operações pelo menos duvidosas. Nesse contexto, o colono se sente diretamente explorado, roubado em termos contábeis cuja importância, contudo, não pode ser facilmente avaliada, faltando as informações a respeito. O que reina lá, para ele, é malandragem:

“Cooperativa é pai e mãe, mas para quem sabe lidar e conhece. O segredo é sério, ninguém sabe”.

O colono começa a rejeitar uma dominação cujas formas emergem confusamente à sua consciência. Aprovado silenciosamente pelos companheiros, um deles resume a situação destacando cada sílaba:

“Só temos uma coisa a fazer: OBEDECER”.

Não se aceita mais como natural o desprezo, a falta de consideração da parte de “gente vivendo às custas do trabalho deles”; nem a escandalosa desigualdade dos modos de vida, tão diferentes e contudo sustentados unicamente pelo trabalho do agricultor.

“A gente vem do mato esporado de maribondo e corrido de cobra, e quando chega lá na cooperativa, eles nem sequer ouve nós... Os funcionários da cooperativa não liga pra nós, colonos é pra eles como cachorro”. (*)

“O gerente pode se deslocar, ele tem carro!”

Podemos afirmar então que as formas de dominação são mal suportadas, enquanto permanecem as estruturas mentais correspondentes a essas formas. Este período caracteriza-se como momento de contradições agudas cujas raízes embrenham-se tanto na infra-estrutura econômica como nas superestruturas ideológicas. Situação por enquanto exigindo, além de medidas mais especificamente técnicas e materiais, um trabalho sociológico em profundidade para pretender influir no sentido da evolução.

Fase III — O Desencadear e a aceleração do processo de emancipação das formas de dominação.

Dois fatores de relevo fundamental, no fim do ano de 1976, vão inverter o sentido da dinâmica social:

(*) — Citações recolhidas para a DDC (Divisão de Desenvolvimento Comunitário).

(1) Janeiro de 1977.

(2) Março de 1977.

- A atitude nova da diretoria da COLONE;
- A atuação da DDC (Divisão de Desenvolvimento Comunitário).

1 — A NOVA ATITUDE DA DIRETORIA

Se a Empresa substituiu o antigo proprietário, é, sobretudo, através da diretoria que se articulam novas formas de dominação. Face a uma população de colonos na maioria frustrados e insatisfeitos, mas *desorganizados*, a diretoria detém os instrumentos e mecanismos. O controle da terra, a concepção de assistência, o poder parcialmente autônomo — sobre os recursos alocados. Ademais, essa atitude se enraíza nos modelos vigentes na sociedade global brasileira (estadual e federal). Nesse contexto político-social a atitude nova da diretoria, sob impulso predominante do seu Presidente-Diretor Geral, marca uma ruptura. Na briga que opõe colonos à administração da cooperativa, a diretoria decide a não intervenção, o *laissez-faire*. Quer dizer, a aposta de entregar para uma população apontada pela ideologia dominante como ignorante, inculta, o controle efetivo da entidade a mais opressiva, de quebrar os segredos, de acabar com o desprezo e as humilhações dentro da casa própria. (*).

Concretamente, a diretoria da COLONE forneceu o transporte para comícios, por ocasião do processo eleitoral do conselho administrativo de cooperativa servido igualmente às 5 chapas, sem mais interferir de qualquer modo nem mesmo como simples observadora. O dia 19 de dezembro de 1976 constitui uma nova data histórica na vida do Projeto. No “Colonial Club” em ZÉ-DOCA, num ambiente extraordinário, a chapa da oposição (“a pior do ponto-de-vista da COLONE”) (15) é eleita, somando mais votos do que as quatro outras juntas.

Conseqüência lógica, num clima dramático e bastante tenso, a administração da cooperativa é demitida, “botada fora”.

Nos dias seguintes, as visitas se sucedem na cooperativa. Contas abertas, informação livre... Os colonos ainda não acreditam...

Este acontecimento marca um passo decisivo para desencadear o processo de emancipação. Por enquanto, os problemas estão longe de ser resolvidos. A “tomada” da cooperativa não significa mais do que a conquista de estruturas ainda va-

(*) Alusão à fórmula ideológica: “A cooperativa é de vocês”.

zias, inconsistentes, a não ser animadas por um espírito cooperativista. Nessas alturas, a atuação da DDC vai se tornar o segundo fator de alto relevo.

2 — ATUAÇÃO DA DDC.

A DDC pertence às esferas da Coordenação da COLONE. Como tal, chega no início a despertar desconfiança da parte dos colonos; porém, ela constitui a estrutura a mais aberta, a mais livre de constrangimentos técnicos e administrativos; em conseqüência, ocupa uma posição privilegiada de intermediação entre os dois “mundos”.

Depois de uma revisão dilacerante, os elementos mais marcados pela ideologia paternalista são demitidos. Um sociólogo recentemente chegado de Manaus lidera a nova equipe substituindo a ideologia da assistência pela análise sociológica.

Durante um ano, aproximadamente, a DDC vai percorrer os diferentes núcleos, 1, 2, 3, 5... até 10 vezes para um paciente trabalho de conscientização. Barreto — assim chama-se o líder da DDC — explica o procedimento das atividades:

— Primeiro, rodízio para levantamento dos problemas, das prioridades colocadas pelas “comunidades”.

— Segunda rodada: retorno com esses problemas para trabalho de reflexão junto à “comunidade”.

E assim por diante, à medida da emergência dos problemas, penetrando cada vez mais nas camadas profundas da realidade social.

O primeiro efeito foi uma brecha, a primeira, na incompatibilidade e incomunicabilidade entre os dois “mundos”.

“Pela primeira vez” os colonos têm a impressão de poder se expressar e de encontrar compreensão.

“Dessas reuniões, eu tô aqui há nove anos, e eu nunca vi”. (16)

As primeiras reflexões revelarão logo que a noção de “comunidade” era uma noção vazia. Só existem formas impostas de cima (SUDENE, COLONE). A Empresa passa suas informações através desses canais de sentido único. De retorno, nada.

As supostas comunidades se expressam, teoricamente, pela voz dos seus representantes junto à Cooperativa, enquanto membros eleitos do Conselho de Administração. Mas o sistema não funciona. Os representantes são recuperados num ilusório processo de elitização, são cortados da base, acabam não desempenhando o papel de mediação para o qual foram eleitos.

Nessa altura o trabalho de reflexão induziu as chamadas comunidades a entrar em conflito com os seus representantes. Tratou-se então de procurar as raízes. Apareceu logo uma deficiência da parte das comunidades. O suposto processo democrático acabaria com a eleição. Ninguém nas comunidades se encarregava de levar até os representantes os problemas relevantes para serem discutidos. Então, a última fase do trabalho de conscientização e ação referiu-se à organização das próprias comunidades para estruturar o sistema de comunicações sociais e dinamizar a dialética entre os vários níveis da organização social. Nesse sentido, a criação em cada núcleo de uma "equipe cooperadora" de 5 membros se tornou uma ponte de comunicação perfeitamente eficaz entre a comunidade e a cooperativa conferindo uma claridade nova no funcionamento do sistema cooperativista: coleta do arroz, visitas aos núcleos, levantamento e tratamento dos problemas à medida que aparecem, cobrança das dívidas dos sócios... resultando, dessa política nova e desse paciente e inteligente trabalho de todos, uma mudança radical no ambiente social. Para o observador — foi o nosso caso — que chega no perímetro um ano depois do desencadear do processo, a impressão é propriamente inacreditável. Outra visita no final de 1978 vai ainda reforçar esse sentido.

Decerto, continuam duras as condições de vida e de trabalho. A participação nos símbolos do consumo separa ainda os dois "mundos", o colono ainda luta pelo reconhecimento da sua dignidade... porém a dinâmica social se acelera no sentido da libertação das formas de dominação. Agora funciona melhor o processo democrático ligado ao poder dos votos. Em janeiro de 1978 a base, reunida em Assembléia Geral, demitiu o Conselho de Administração da Cooperativa por não ter cumprido seus compromissos. Isso significa que, se os conflitos permanecem, a base começa a tomar em suas próprias mãos o seu destino.

De fato, a cooperação, o grau de confiança entre os dois "mundos" vai crescendo, desafiando as avaliações das análises as mais otimistas. Inúmeros obstáculos psicossociológicos caem sem mais conteúdo.

Agora começa a ser compreendido e admitido o estatuto provisório da terra. A COLONE passa a ser considerada (resto das estruturas mentais) como mãe dos colonos, garantia contra especuladores e invasores da terra, base econômica do processo de independência e de existência político-social. O Pre-

sidente-Diretor Geral se torna uma figura lendária: "Pai, mãe, padrinho... do Projeto; lutando, brigando... como se os colonos fossem seus filhos" (17). A diretoria e as comunidades aproximam-se face às administrações exteriores (bancos, entidades jurídico-políticas...). Aproximação social que precede a aproximação econômica. Realidade nova expressada pelo Coordenador do Projeto. "Eles chegam a falar conosco *quase* de igual para igual". Outra formulação de um colono em outubro de 1978: "Para nós, o Projeto tem dois anos. Não queremos saber o que houve antes".

É importante assinalar que, pela primeira vez na sua existência, o balanço da cooperativa mostra, para o exercício de 1977, um saldo positivo. Efeito da chegada dos recursos, de uma conjuntura melhor? Certo. Não é possível apontar, por enquanto, explicações desse sucesso econômico e do impacto do novo espírito que anima o Projeto. Isso relança o antigo, mas sempre atual, debate a respeito da dialética e da hierarquia nas determinações entre as diferentes estruturas.

A fase atual deverá nos fornecer ensinamentos preciosos nesse sentido.

Fase IV — Consolidação da colonização libertada das formas de dominação.

Nossa última visita ao Projeto data de julho de 1981. O processo de emancipação tem perto de 5 anos. Primeira visão de cima, o Beetschraft marcado pela sigla da COLONE sobrevoando dois núcleos circulares da área I. Destacam-se na paisagem profundamente modificada por anos de paciente e tenaz trabalho, o alinhamento impecável dos pimentais, símbolo mais aparente de um sucesso econômico e cultural. Depois do contato com o solo, o que mais surpreende é a transformação do homem do campo. Morreu o filho do escravo, o possessor explorado e humilhado, caçado de sua roça, errante sem repouso, o chamado "povo sofrido"... e nasceu o homem "livre", acabando sua libertação das formas de dominação:

— *Em relação à terra*: a entrega dos títulos de terra — efetiva para vários núcleos, próxima para os outros — sem dúvida constitui um elemento de mudança fundamental. Depois de uma longa espera — uma vida inteira para os mais velhos — a terra tão almejada, base da sua independência, da sua existência social, da sua dignidade... lhe pertence. Pouco modifica essa segurança a cláusula restritiva proibindo a ven-

da antes de 5 anos, tendo como alvo evitar a entrada de fazendeiros ricos no perímetro, o que acabaria com a filosofia do Projeto. Isso é perfeitamente percebido e aceito. Essa terra, marcada de suor, de sangue, de esforços, de frustrações e de esperanças, às vezes pelos seus mortos... Um colono, resumindo o pensamento profundo de muitos companheiros, confia: "Eu quero morrer aqui e ficar cm essa terra para sempre".

A quantidade de trabalho absorvida nos lotes no decorrer dos anos confere-lhes um valor acumulado não negligenciável e coloca os novos proprietários numa nova esfera econômica em termos contábeis.

Exemplo significativo: um colono afirma: "Paguei pelo o título Cr\$ 10.800,00, o preço do papel. Não daria esse lote por 1 milhão (1.000.000,00), nem por dois". Trata-se de quantidade de dinheiro inconcebível para as estruturas mentais dessa população pouco tempo atrás.

Os produtos comerciais de destaque: pimenta-do-reino e gado. O arroz continua por enquanto a ter um papel básico na economia regional.

Com a propriedade da terra, o colono se torna pessoa jurídica apta a conseguir empréstimos diretamente com os bancos. Neste contexto novo as falhas da cooperativa, que antes desencadeavam raiva e ressentimentos dos agricultores, não passam agora de um incidente conjuntural.

— Características da assistência neste novo contexto.

A COLONE continua a prestar serviços educacional, de saúde, de ordem técnica, etc., na medida dos poucos recursos alocados.

O espírito pregado é de evitar os restos de paternalismo: não mais a assistência mas a cooperação. Os métodos de cultivo continuam essencialmente à base de energia humana empregando a força de trabalho familiar reforçada em alguns momentos dos ciclos (colheitas) por mão-de-obra assalariada, o que não significa, necessariamente, técnicas de cultura simples. A cultura de pimenta-do-reino, altamente sofisticada, parecia a alguns técnicos fora do alcance dessa população "ainda primitiva" (18), exigindo, em conseqüência, assistência técnica constante e intensa. Hoje em dia os colonos cuidam praticamente só de pimentais, dos quais podem legitimamente orgulhar-se. Julgamento lacônico do Coordenador da área: "Eles

aprendem muito mais ligeiro do que os próprios técnicos", constatação que deveria levar os técnicos e o mundo dos doutores em geral a mais humildade e verdade e a reconhecer o valor da convivência com os fenômenos no processo do conhecimento.

— *Em relação ao sistema de comunicação*, as mudanças são mais definitivas ainda. "Agora, os colonos falam conosco de igual para igual". O "quase" desapareceu. (19)

A libertação das formas de dominação atinge as diversas esferas econômicas, políticas, ideológicas... num jogo dialético de determinações recíprocas cuja hierarquia pode ser alterada pelas mais variadas condições conjunturais afetando as realidades sociais concretas. Ironia da sorte, a conjuntura inflacionária que castiga atualmente o país está contribuindo para a reaproximação das esferas econômicas dos dois "mundos" (no sentido acima definido). Usando tecnologia tradicional sem nenhum investimento pesado, vivendo quase em autoconsumo, as famílias de agricultores escapam aos efeitos negativos do processo inflacionário, enquanto os preços dos produtos agrícolas entram na espiral inflacionária. De repente, o "mundo" dos funcionários assalariados, afetado duramente no seu poder de compra e de consumo (pouco antes ostentatório e escandaloso em relação à população pobre) encontra-se com o "mundo" dos colonos cuja relação com o dinheiro vai crescendo, alguns afirmando não ter problemas particulares para adquirir televisão e eletrodomésticos. Situação completamente nova que ajuda, decerto, por deixar de lado os velhos complexos, outra maneira de expressar as determinações recíprocas entre as esferas.

Com efeito, a "fada eletricidade" já chegou em alguns núcleos, sendo impacientemente esperada nos outros. Ela traz consigo "mais vida, mais animação". A geladeira significa antes de tudo: água gelada. Essa água tão gelada na cidade que "arde na garganta". Comovente símbolo de participação na sociedade de consumo: a água, o elemento natural, o mais indispensável à vida mas com uma transformação de água morna em água gelada. Fenômeno sem mais significado consciente para a classe média da cidade, conquista de uma vida para o pobre lavrador. A roça, campo de trabalho forçado, transforma-se em Terra Prometida. Enquanto se procura, fora, na sociedade de consumo, os sinais de diferenciação, o cativo se abre. A televisão é desejada antes de tudo para os jornais, as notícias nacionais e internacionais. Assim, o "caboclo" entende romper

o isolamento na cultura e no espaço. Além da escuridão, a luz apaga as diferenças entre o campo e a cidade. Consideração que constitui também uma indicação sobre a relevância da escolha por parte dos planejadores, dos modelos de consumo. A teoria, pouco elaborada, na verdade, da economia clássica, como também do pensamento marxista, mostra-se incapaz de explicar os comportamentos. Na realidade, é o valor de signo que é fundamental, como o escreve Jean Baudrillard: "Uma verdadeira teoria dos objetos e do consumo se alicerçará não sobre uma teoria das necessidades e das satisfações dessas necessidades, mas sobre uma teoria da prestação social e da significação" (20). Concepção que vale não só para as camadas ricas, dispondo de recursos ociosos, mas também para os mais pobres, num esforço de integração social.

As novas formas de personalidade emergentes desse processo transparecem nas atitudes físicas, nas chamadas "técnicas do corpo", tanto quanto no teor dos discursos. Este assunto mereceria um tratamento em profundidade, infelizmente fora das dimensões do presente trabalho.

Notamos, referindo-se ao mesmo interlocutor no decorrer das sucessivas fases, mudanças incríveis, tanto em relação à emissão fonética, como em relação ao conteúdo. Termos como "sofrimento", "agonia"... antes presentes em cada frase, têm praticamente desaparecido do discurso.

Enquanto os processos sociais não têm limites onde iriam bater os fluxos sociológicos, o gênero literário exige uma conclusão. Numa produção social sempre efervescente, as conclusões definitivas aparentariam um congelamento da vida social. Portanto, o estudo do processo de desenvolvimento agrário no contexto da sociedade brasileira, através do exemplo da COLONE, nos permite chegar a algumas convicções, mas, sobretudo, levanta interrogações sobre o presente, e abre questões para o futuro.

1 — *As convicções*: brevemente expressas, elas se referem ao conceito de desenvolvimento. Contra as práticas economicistas deve pregar-se uma definição de economia como fenômeno social total. O desenvolvimento deve ter, como sujeito e objeto, o homem total; não só como fim do processo, mas também como iniciador e ator principal.

2 — *As interrogações sobre o presente*: relacionam-se em particular com o peso respectivo das esferas componentes do sistema social. Fica claro que não se pode separar a emanci-

pação político-social da conquista da base econômica (*). Eis por que a hierarquia das determinações interestruturais não aparece na visão sincrônica. Quer dizer, a evolução das atitudes e ideologias pode preceder, no tempo, as mudanças na esfera da infra-estrutura. O que, mais uma vez, não significa ruptura das interferências entre os elementos do sistema, na medida em que as mudanças ao nível psicossocial são condicionadas, e, em última análise, determinadas com referência à infra-estrutura econômica: esperança da posse estável da terra, principal meio de produção.

A experiência em curso na Área III nos traz esclarecimentos preciosos sobre a natureza do processo.

Essa área destinada inicialmente a atividades de extensão (com nome de "Fazenda de finalização") está atualmente em processo de ocupação espontânea por parte de milhares de famílias de agricultores sem terra. As relações com a terra são em muitos casos mal definidas. As famílias recém-chegadas não receberam ainda um lote definido. Apesar dessas falhas ao nível da infra-estrutura, o processo de libertação das formas de dominação anda a largos passos, sendo a evolução muito mais rápida que aquela que afetou as Áreas I e II. Por quê?

Em primeiro lugar, pelas características das formações das comunidades. Nas áreas I e II, isolamento de núcleos de pequena dimensão (50 lotes na área I), formados a partir de famílias das mais diversas procedências, sem laços entre elas. Na área III, formação de povoados mais importantes (mil à duas mil famílias), a partir de famílias extensas e de conhecidos, logo com uma forte solidariedade baseada nos laços de parentesco e amizade.

Ausência desde o início de qualquer poder exterior e, em consequência, necessidade de desenvolver uma democracia interna para enfrentar os problemas mais agudos e mais urgentes, graças a uma forma de "governo" extremamente eficaz (um líder e uma diretoria de 32 membros, todos eleitos por votação secreta) dispendo de um poder que penetra toda a organização da vida comunitária, à medida da urgência dos problemas encontrados:

— defesa coletiva (com apoio total da COLONE agora) contra a "grilagem" de terras e a cobiça dos grandes fazen-

(*) — A propriedade privada da terra pelas famílias.

deiros às vezes apoiados por homens políticos. Primeiro passo para a libertação econômica e política;

— organização da educação e da saúde; construção de colégios, contratação de professores... todas as tarefas executadas por uma população em parte analfabeta e sem ajuda de ninguém.

Outro povoado de ocupação também espontânea, perto da área da FUNAI, apresenta uma configuração diferente, bem perto do modelo tradicional, com o seu prefeito que é, ao mesmo tempo, fazendeiro, usineiro, comerciante, e... "homem político". "É de fora e tem várias moradias, e pertence à ARENA 1", disse nosso informante, visivelmente atrasado em relação à história. Para suas prestações de "serviços", quer só os votos. A maioria das famílias não conseguiu mais do que voltar à antiga condição de "parceiro" ou/e assalariado. A totalidade da produção passa pelas mãos de alguns comerciantes e "patrões" de bodegas, segundo um esquema perfeitamente conhecido. Quer dizer que a coerência social (em oposição à "artificialidade" das comunidades do Projeto) traz consigo todas as formas de dominação-subordinação.

Na sua área de atuação a COLONE, encarregada da regularização da ocupação da terra, encontra situação e condições bastante diferentes, enquanto as questões para o futuro permanecem abertas.

3 — *Questões para o futuro:*

As experiências vividas no Alto-Turi trazem ao menos elementos de respostas para questões mais gerais sobre o desenvolvimento agrário no Brasil.

— Há possibilidade de desencadear esse tipo de processo em outros projetos existentes, como projetos de irrigação do DNOCS, por exemplo? E no caso de resposta positiva, qual seria o interesse?

— Qual o futuro de projetos que fazem estourar as antigas estruturas de dominação ainda predominantes nos Estados e na Federação? Vão acabar esses perímetros enquistados e sufocados por forças contrárias? Ou essa esperança conseguirá uma força de irradiação para se expandir?

A resposta à primeira questão fica clara em cada página deste trabalho. As respostas às duas questões seguintes pertencem ao povo brasileiro.

De qualquer modo, trata-se de um momento da história, nada mais. As formas de dominação superadas são formas concretas: a liberdade conquistada é uma liberdade relativa. No entanto, a libertação dessas formas concretas constitui uma mudança de grande relevo. O "homem novo", o "homem universal", o momento em que a "existência se junta à essência" no fim da história, pertencem à última fase que parece muito afastada do horizonte brasileiro. Os colonos do Turi não se perguntam se chegaram ao fim das alienações. Suas aspirações: o direito à existência nas simples formas (alienadas) econômicas, políticas e sociais que são aquelas de uma nação concreta, a nação brasileira. O maior relevo dessa experiência de libertação não é de ser definitiva, completa ao ver da teoria (hipótese absurda dentro do contexto da sociedade global); mas de constituir uma prática e de ter uma existência concreta.

NOTAS

- (1) — Relatório do GTDN — **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2.^a ed. Recife, SUDENE, 1967.
- (2) — HALL, A. "Irrigação contra as secas. Caso do Nordeste Brasileiro." Tese. Glasgow, 1975.
- (3) — Cf. SINGER H.W. — **Estudo sobre o Desenvolvimento do Nordeste**. Recife, CONDE. 1962.
Relatório do GTDN — **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**, 2a. ed. Recife, SUDENE, 1967.
- (4) — FLAGELADOS imploram migalhas de comida. **O Povo**, Fortaleza, 14 mar. 1981.
- (5) — TRABALHADORES rurais analisam seca. **O Povo**, Fortaleza, 14 mar. 1981.
- (6) — Idem.
- (7) — SAMPAIO, Y. et alii — **Programas e políticas de desenvolvimento rural do Nordeste brasileiro**.
- (8) — HALL, A. — **Irrigação contra as secas: o caso do Nordeste brasileiro**. Tese, Glasgow 1975.
- (9) — OLIVEIRA, Francisco de — **Elegia para uma re(li)gião**.
- (10) — POLÍTICA agrícola. FASE I. SCET-SIRAC. Recife, 1975. p. 18.
- (11) — PROJETO de Colonização do Alto-Turi: **Apreciação Crítica e Pré-Alternativas**. São-Luis. MA. 1975. (datilografado).

- (12) — Censo Demográfico/Pesquisa sobre o Uso da Terra no Alto-Turi, 1974. Apurações Manuais Preliminares, COLONE.
- (13) — MARKAN, G.: Palestra na UFC, 1977.
- (14) Colono. Janeiro de 1977.
- (15) Afirmção do próprio Coordenador do Projeto.
- (16) Outubro de 1976. Declaração relatada pela DDC.
- (17) — Anísio, então Presidente da Cooperativa... e muitos outros.
- (18) — Entrevista com um técnico, 1977. "Eles ainda estão num estado agrícola muito primitivo... A cultura da pimenta-do-reino está acima do seu nível cultural; mesmo com 10 anos de assistência técnica seria difícil".
- (19) — Dr. Manoel Emilio Burlamaque, julho de 1981.
Alusão à emancipação política e desligação dos cabos eleitorais.
- (20) — BAUDRILLARD, J. **Pour une Economie Politique du Signe.**
Edit. Gallimard, Paris, 1972.